

4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos reportados a 04/DEZ/2007, ficando posicionada no escalão 1 — índice 337, a Assistente Administrativa Especialista *Isabel de Jesus Pinto Borrego Rodrigues*, com destino à *Direcção Nacional/DEPRH*.

6 de Dezembro de 2007. — O Director do Departamento, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*, intendente.

#### Despacho (extracto) n.º 377/2008

Por despacho da Directora Nacional Adjunta de 6 de Dezembro de 2007, — concedida a prorrogação da licença sem vencimento para acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro, pelo período de mais dois anos, com efeitos a partir de 3 de Abril de 2008, nos termos do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com a redacção dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, ao Subchefe M/146169 — António Dias dos Santos, colocado na Banda de Música da Direcção Nacional.

11 de Dezembro de 2007. — O Director do Departamento, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*, intendente.

#### Despacho (extracto) n.º 378/2008

Por despacho de 28 de Outubro de 2007, do Ministro da Administração Interna — Promovidos, por concurso de avaliação curricular, ao posto de *Superintendente-Chefe*, com efeitos reportados à data do despacho, ficando posicionados no escalão 1, índice 575, da tabela salarial em vigor para a PSP, os seguintes Superintendentes:

M/100244 — *Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira*,  
M/100139 — *Leopoldo Lopes Almeida Amaral*,  
M/100138 — *Levy da Silva Correia*,  
M/100243 — *Francisco Ascensão Santos*,  
M/100145 — *José António Jorge Vaz Antunes*,  
M/100214 — *José Manuel Pinto do Carmo*,  
M/100143 — *Paulo Augusto Guimarães Machado da Silva*,  
M/100153 — *Guilherme José Costa Guedes da Silva*,  
M/100227 — *Jorge Filipe Moutinho Barreira*.

18 de Dezembro de 2007. — O Director do Departamento, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

#### Aviso n.º 176/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Abril de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a *Elisabete Lima Brandão*, natural de São Sebastião da Pedreira, República Portuguesa, de nacionalidade são-tomense, nascida a 28/08/1984, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

18 de Dezembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

#### Aviso n.º 177/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a *Vanda Raquel Gonçalves Nunes*, natural de Campo Grande, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 22/11/1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

18 de Dezembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*, inspectora superior.

#### Aviso n.º 178/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Abril de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a *Jaqueline Marisa Barreto Costa*, natural de Santa Maria de Lamas, República Portuguesa, de nacionalidade guineense, nascida a 03/05/1984, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei

n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

18 de Dezembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

#### Aviso n.º 179/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a *Abdul Remane Mamade Bavabay*, natural de Inhambane, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascido a 03/09/1954, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

18 de Dezembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*, inspectora superior.

#### Aviso n.º 180/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a *Maria Manuela Prata da Goia*, natural de Bolama, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 07/04/1954, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

18 de Dezembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

#### Aviso n.º 181/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a *Maria do Rosário Tavares Lobo*, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 02/02/1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

18 de Dezembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*, inspectora superior.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Conselho dos Oficiais de Justiça

#### Aviso n.º 182/2008

#### Listas de candidatos admitidas à eleição dos vogais do COJ

Nos termos do disposto no artigo 14 do Regulamento Eleitoral do Conselho dos Oficiais de Justiça, publicado no D.R. n.º 231, 2.ª série de 4 de Outubro de 2001, torna-se público ter sido admitida à eleição dos Vogais do Conselho dos Oficiais de Justiça marcada para o dia 10 de Janeiro de 2008, as listas de candidatos adiante anunciadas.

#### Lista A — Associação dos Oficiais de Justiça

Candidatos efectivos:

Distrito Judicial de Lisboa:

Ruben Miguel Fernandes Rechau — Escrivão de Direito nos Juízos de Execução de Lisboa.

Distrito Judicial de Porto:

Maria Emília Rodrigues Oliveira Meireles — Escrivã Adjunta no Tribunal da Comarca de Valongo.

Distrito Judicial de Coimbra:

Rui Henriques José Mendes Moller Freiria da Silva — Secretário de Justiça no Tribunal da Comarca de Fornos de Algodres.

Distrito Judicial de Évora:

Luís Rodrigues Diogo — Secretário de Justiça no Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal.

Candidatos suplentes:

Distrito Judicial de Lisboa:

Mário Eugénio Calheiros Dantas Lello, Secretário de Justiça no Tribunal da Comarca de Loures.

Luís Ilídio Rodrigues Raposo, secretário de Justiça do Tribunal da Caldas da Rainha.

António Maria de Meneses e Cunha, escrivão de Direito da Pequena Instância Cível de Lisboa.

Maria Gabriela de Sousa Bernardo, Escrivã Adjunta na Secretaria-Geral do Tribunal de Trabalho de Lisboa.

Distrito Judicial de Porto:

Armindo de Oliveira Camelo — Escrivão de Direito do TAF do Porto.

Adriano Fraga Dias — Escrivã de Direito no Tribunal de Execução das Penas do Porto.

Maria Gabriela Frias Mota — Técnica de Justiça Adjunta no Tribunal Judicial da Comarca Vila Nova De Gaia.

José Fernando Pinto Ferreira — Escrivão Auxiliar no Tribunal Judicial da Comarca de Braga.

Distrito Judicial de Coimbra:

António Marques Santos Maneca — Técnico de justiça Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Viseu.

Paulo Alexandre Mateus Silva — Técnico de Justiça Adjunto no Tribunal da Comarca de Condeixa-a-Nova.

José Manuel Malho Galo — Técnico de justiça Adjunto no Tribunal Judicial de Alcobaça.

Distrito Judicial de Évora:

Diamantino Marques Gaspar — Secretário de Justiça no Tribunal do Trabalho de Abrantes.

António Luís de Sousa Barradas — Técnico de Justiça Principal no Tribunal Judicial de Olhão da Restauração.

#### Lista B -Lista Independente

Distrito Judicial de Lisboa:

António José Ramos Patrício — Técnico de Justiça Auxiliar no DIAP de Lisboa 7ª Secção.

Distrito Judicial de Porto:

Manuel Vilar de Oliveira — Escrivão de Direito no Tribunal Judicial da Comarca de Ovar.

Distrito Judicial de Coimbra:

Sérgio Manuel Fernandes Nunes — Escrivão auxiliar no Tribunal Judicial da Comarca da Marinha Grande.

Distrito Judicial de Évora:

Maria Fernanda Batalha Perdigo Prego Simões — Escrivã de Direito do Tribunal de Família e Menores de Faro.

Candidatos suplentes:

Distrito Judicial de Lisboa:

José António Duarte Alexandre, Técnico de Justiça Auxiliar no DIAP de Lisboa 7ª Secção.

Cristina Maria Ribeiro de Oliveira, Técnica de Justiça principal no DIAP de Lisboa 7ª Secção.

Distrito Judicial de Porto:

Domingos Manuel Tavares Pinho — Escrivão Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Ovar.

Maria Manuela Pereira Leite Pegada Olo — Escrivã Adjunta no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real.

Distrito Judicial de Coimbra:

Maria Manuela Martinho Pereira — Escrivã Adjunta do Tribunal da Comarca da Marinha Grande.

Manuel Castanho Amado — Escrivão de Direito no Tribunal Judicial da Comarca da Marinha Grande.

Distrito Judicial de Évora:

Juan Santos Gonçalves de Sousa — Escrivão Adjunto no Tribunal do Trabalho de Faro.

Nuno Paulo Moleiro Gomes — Escrivão Auxiliar no Tribunal de Família e Menores de Faro.

#### Lista C — Sindicato dos Funcionários Judiciais

Distrito Judicial de Lisboa:

Diamantino de Sousa Pereira — Secretário de Justiça na Secretaria-Geral do Serviço Externo de Lisboa.

Distrito Judicial de Porto:

António Rui Viana Fernandes da Ponte — Escrivão de Direito no Tribunal de Família e Menores do Porto.

Distrito Judicial de Coimbra:

Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques — Secretário de Justiça do Tribunal da Comarca de Alvaiázere.

Distrito Judicial de Évora:

António Silvestre da Silva Nunes — Escrivão de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de Monchique.

Candidatos suplentes:

Distrito Judicial de Lisboa:

Felisbela de Carvalho Sampaio Branquinho Barradas Secretária de Justiça interina no Tribunal Judicial da Comarca do Montijo.

Nuno Gonçalo Caetano Rodrigues Silveiras Corte Real, Secretário de Justiça interino no Tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada.

Distrito Judicial de Porto:

João Fernandes Pereira — Secretário de Justiça nas Varas de Competência Mista de Guimarães.

Maria Paula de Almeida Cunha — Técnica de Justiça Adjunta nos Juízos Criminais TIC e DIAP do Porto.

Distrito Judicial de Coimbra:

Fernando Manuel Fernandes Ferreira, Secretário de Justiça no Tribunal Judicial da Comarca da Mealhada.

José Fonseca — Secretário de Justiça no Tribunal Judicial da Comarca da Mangualde.

Distrito Judicial de Évora:

Maria da Conceição Sousa Moleiro Santana -Secretária de Justiça no Tribunal de Família e Menores de Faro.

Gisela Évora Escudeiro Rosa Beatriz — Escrivã de Direito no Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal.

17 de Dezembro de 2007. — A Presidente da Comissão de Eleições, *Helena Mesquita Ribeiro*.

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

#### Aviso (extracto) n.º 183/2008

Torna-se público que, por despacho de 28.11.2007, da directora-geral da Administração da Justiça, se encontra aberto procedimento interno de admissão para ingresso nas carreiras do grupo de pessoal oficial de justiça, cujo prazo de candidatura é de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso.

1 — Requisitos de admissão — Podem candidatar-se ao procedimento os funcionários e agentes da Administração Pública que sejam detentores do curso de técnico de serviços jurídicos, aprovado pela Portaria n.º 948/99, de 27 de Outubro.

2 — Legislação aplicável — O procedimento rege-se pelo Regulamento do Procedimento de Admissão para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 1500/2007, de 22 de Novembro, bem como pelo Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 175/2000,